

A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: HISTÓRIA, COLONIZAÇÃO E O ENSINO DE JAPONÊS.

Marcionilo Euro Carlos Neto

Orientadora: Mônica Maria Guimarães Savedra

Mestrando

História da imigração japonesa no estado do Rio de Janeiro:

A história da imigração japonesa no estado do Rio de Janeiro, ofuscada pela história da imigração em grande número para outras localidades como o estado de São Paulo, começa a vir à tona através do resultado de investigações realizadas por pesquisadores¹ interessados em discutir os caminhos traçados pelos imigrantes nipônicos ao longo de sua trajetória em território brasileiro. Segundo Inoue :

Registros comprovam que o estado do Rio de Janeiro recebeu pioneiros antes do KasatoMaru. Podemos afirmar que a imigração japonesa no estado do Rio é síntese de muitas imigrações, pois os que para esse estado vieram o fizeram espontaneamente por reimmigrações, formando os núcleos coloniais de 10 famílias por incentivo do governo, ou espontaneamente, o que diferencia o Rio de Janeiro dos locais de imigração de massa que formavam

¹ Podemos citar a importância dos trabalhos desenvolvidos pela Professora Mariléia Franco MarinhoInoue para entendermos e discutirmos a história da imigração japonesa para o Estado do Rio de Janeiro. Entre os trabalhos da referida autora, usados nessa dissertação, destacamos o artigo intitulado “*Novas leituras da presença japonesa no Estado do Rio de Janeiro: uma abordagem baseada na associação dos acervos oral e iconográfico*” em que a autora alia história oral à iconografia para atestar a história relatada sobre os imigrantes japoneses no Estado do Rio de Janeiro.

verdadeiras comunidades étnicas, como Bastos e Marília, no interior do Estado de São Paulo. (INOUE, 2012, p. 257 - 258)

Essa história dos imigrantes nipônicos foi pouco discutida ao longo dos anos porque muitos autores só tratam em seus trabalhos sobre o alvorecer da imigração japonesa em nosso país, ou seja, o ano de 1908 quando 165 famílias de imigrantes nipônicos enviadas pelo governo do Japão em seu acordo imigratório firmado com o governo brasileiro chegam no Estado de São Paulo. Esse fato foi o resultado de um projeto conjunto do Governo Japonês e do Governo Brasileiro. Segundo Martins :

A diferença entre uma entrada e outra reside no caráter planejado, institucionalizado e de massa, com destinação pré-fixada em área rural no caso paulista e, no aspecto mais espontaneísta, de caráter exploratório, de um número reduzido, e destinação mais difusa – campo e cidade – no caso fluminense-carioca. (MARTINS, 2010, p. 149)

Cabe ressaltar que os japoneses que vieram para o Estado do Rio de Janeiro chegam no início do século XX e após a Segunda Guerra Mundial. O fim do sistema feudal japonês está relacionado com a chegada dos primeiros japoneses em solo fluminense, uma vez que, com o declínio do Xogunato, os Samurais entram em extinção, resultando no desemprego da maioria deles. Em busca de melhores condições de vida, muitos são obrigados a procurar empregos em regiões diferentes e, até mesmo, começam a empreender longas expedições a outros países. Assim, os primeiros japoneses a chegar ao Brasil pisam em nosso país bem antes de um acordo imigratório ter sido firmado e, como resultado disso, se deslocam para nosso país por conta própria.

Martins (2010, p.150) afirma que há evidências de que o primeiro japonês a viver no território do Estado do Rio de Janeiro seria o acrobata ManjiTakezawa que “teria sido contratado como professor de jiu-jitsu da Guarda Real em 1888”. Contudo, podemos afirmar que a imigração japonesa tem início em 1889 com a vinda de Wasaburo Ohtake que começa a trabalhar na embaixada do Brasil e posteriormente, em 1897, com a inauguração da representação diplomática na cidade de Petrópolis, passa a trabalhar nessa cidade. No mesmo ano, o primeiro ministro em seu relatório enviado ao governo japonês declara que o Brasil não era um local apropriado para a imigração japonesa, dificultando no processo de decisão do acordo imigratório.

Em 1905, RyuMizuno da Companhia Imperial de Imigração, decide ir ao Brasil numa tentativa de procurar novas opções de imigração japonesa. Em 1906, Mizuno visita o Rio de Janeiro em busca de avaliar o estabelecimento de novas colônias japonesas na região, mas fica preocupado com a situação da baixada fluminense: a condição das terras e a infraestrutura no local preocupavam a Companhia Imperial de Emigração.

Contudo, RyuMizuno, responsável pela emigração japonesa ao Brasil, e o Governo do Rio de Janeiro, começam a pensar nas vantagens para ambas as partes ao se estabelecer o acordo de imigração japonesa como o Estado do Rio:

Aspirando acertar vários coelhos com uma só cajadada, foi planejada a vinda dos imigrantes japoneses como forma de liquidar diversos problemas do estado do Rio: eles melhorariam a terra onde se originavam as doenças; criariam indústrias que substituíssem as fazendas de café, assegurariam empregos estáveis e aumentariam a produção de alimentos na capital do Brasil (AKIYOSHI et al. 2008, p. 66).

Assim, pensando nos imigrantes japoneses no Rio de Janeiro como uma vantagem para ambos os países, em primeiro de outubro de 1907, firma-se o acordo de imigração entre Rafael Monteiro, agente da Companhia Imperial de Emigração e o presidente do estado do Rio de Janeiro, Alfredo Backer. Nesse acordo fica decidido que ambas as partes se juntariam para implementar uma colônia de imigração na Fazenda Santo Antônio, situada em São Francisco de Paula, Macaé, a 200 km da cidade do Rio de Janeiro.

Mizuno propõe a um imigrante japonês chamado Kumabe e sua família a irem fazer parte do nascimento da primeira colônia japonesa do Brasil, a saber: a colônia da Fazenda Santo Antônio, no estado do Rio. Além deles, embarcam nessa jornada Yassuda, Nishizawa e Arikawa. Kumabe, como organizador dessa colônia de imigrantes japoneses, tinha em mente fundar uma comunidade para estabelecer-se no local, ou seja, não pretendia obter lucros para depois voltar ao Japão, mas sim criar um ambiente propício para a qualidade de vida dos moradores, ou seja, um “novo Japão”.

Os outros imigrantes que faziam parte da colônia, deixam o local depois de tentativas frustradas de se estabelecerem como agricultores. Kumabe e sua família permanecem na Fazenda Santo Antônio até o ano de 1911. Porém, a família Kataoka só deixa o local em 1915, na tentativa de continuar persistindo com a formação da colônia japonesa. Kumabe desloca-se

para a região da Tijuca, no Rio de Janeiro, abrindo uma pensão para japoneses, já que grande parte dos imigrantes nipônicos que viviam na capital moravam nessa região. Além disso, os japoneses que vieram no KasatoMaru que não conseguiram empregos nas lavouras cafeeiras paulistas, também se deslocavam para a região da tijuca em busca de empregos. A empreitada na fazenda Santo Antônio ficou apenas na memória dos japoneses que tentaram exaustivamente formar uma colônia que seria parecida ao seu país de origem:

Do ponto de vista histórico, a Fazenda Santo Antônio certamente teria as características de uma colônia “planejada”. Contudo, a despeito de ter terminado em fracasso, desde 1º de dezembro de 1907, ainda que desprovido de medicamentos e ferramentas agrícolas apropriadas, cercado por todos os lados por uma densa mata fechada, Kumabe mexia sua enxada enquanto aguardava seus compatriotas. Sacrificou a si próprio aguardando o dia em que se tornaria o líder das 500 famílias cuja chegada havia sido planejada. (...) a Fazenda Santo Antônio de SaburoKumabe foi a primeira colônia de imigrantes japoneses no Brasil (AKIYOSHI et al. 2008, p. 72)

A persistência e o modo de viver e educar os filhos de Kumabe, serviu de exemplo para várias famílias de imigrantes japoneses, embora seus ideais de vida na fazenda não tenham sido alcançados. SaburoKumabe e os outros japoneses que mergulharam na tentativa de formar a primeira colônia japonesa de nosso país são parte integrante da história da colonização nipônica no Brasil e, especificamente, no estado do Rio de Janeiro. Cabe destacar que as filhas de Kumabe, Teru e Tori, foram as primeiras japonesas a conseguirem diploma de professoras e a serem naturalizadas brasileiras para desempenharem a profissão.

Outro imigrante importante para o Estado do Rio foi YuzaburoYamagata: em 1910, Yamagata se casa com Nobu Kobayashi e se dirige para o Alto da Tijuca, onde trabalha como comerciante. Mais tarde, Yuzaburo compra três fazendas em Macaé, volta ao Japão reunindo recursos necessários para regressar ao Brasil, criando a primeira escola de pesca do Estado do Rio de Janeiro no Canal de Itajuru em Cabo Frio. Além disso, Yamagata também adquiriu uma salina entre São Pedro D’Aldeia e Cabo Frio, desenvolvendo técnicas de captação e exploração do sal.

Muitas famílias japonesas que possuíam contratos com fazendeiros de lavouras de café em São Paulo, ao final desses, migravam para o Rio de Janeiro procurando novas oportunidades de trabalho. A diferença entre a propaganda emigratória realizada no Japão e a

realidade de vida nas fazendas cafeeiras fez com que muitos imigrantes japoneses ficassem revoltados com a situação em que viviam no Brasil. O deslocamento dos imigrantes nipônicos no país começou a tomar um aspecto *sui generis*.

Em 1920, chega na região centro-fluminense o imigrante TooruKassuga com sua família, fazendo história pelo cultivo do caqui na região. No ano de 1925, o governo do Japão começa a incentivar novamente a emigração para o Brasil, incumbindo-se das despesas de viagem e concedendo um valor por indivíduo de 35 ienes. A população japonesa no estado do Rio de Janeiro em 1933, por exemplo, era composta principalmente por imigrantes que vinham do estado de São Paulo e por funcionários de companhias japonesas. Uma das maiores dificuldades dos japoneses no Rio era o não conhecimento da língua portuguesa, pois em São Paulo, por serem um número mais significativo e por morarem próximos, formando comunidades em locais comuns, eles conseguiam sobreviver usando apenas a língua japonesa.

Como vimos, os esforços para implementar a imigração japonesa em São Paulo, tiraram o Rio de Janeiro como o foco principal para a captação de mão de obra dos japoneses. Destacamos também a falta de estrutura do estado do Rio como principal problema enfrentado para que a colonização japonesa obtivesse sucesso. Contudo, não podemos ignorar que o Rio de Janeiro é o berço dos primeiros imigrantes japoneses e a Fazenda Santo Antônio é considerada a primeira colônia nipônica do Brasil.

A formação das colônias japonesas no estado do Rio de Janeiro

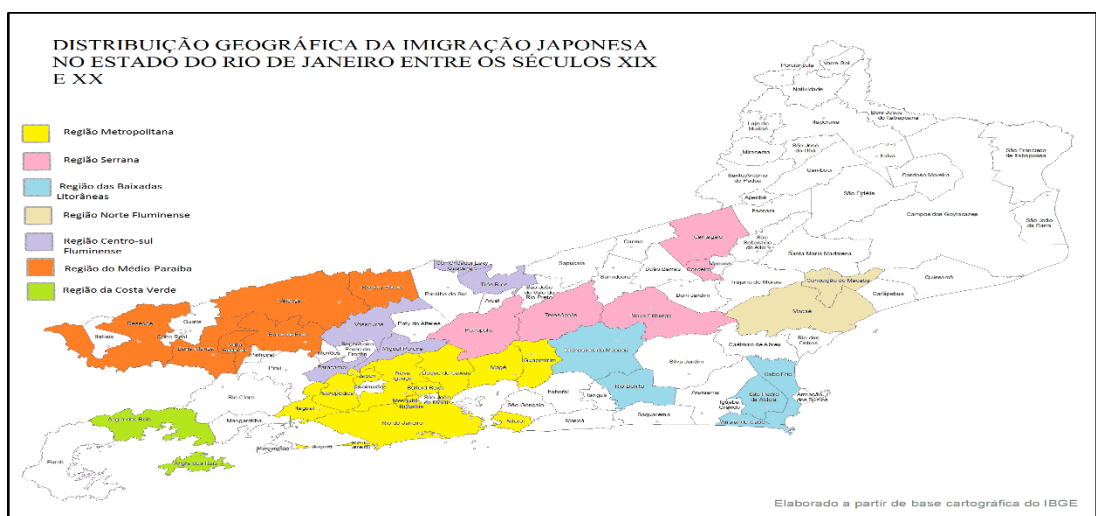
Nesse subcapítulo abordaremos, de forma resumida, um pouco da história de algumas colônias japonesas no estado do Rio de Janeiro. Os japoneses que se deslocam para o Rio de Janeiro, começam a empreender atividades diversas, abrindo uma variedade de comércios, tais como a casa Nippaku, de ZentaroOhira, as fábricas de botões, Casa Nishitami e Casa Hachiya, e a empresa de Comércio Exterior Nippon, fundada pelos imigrantes ToraoIwabuchi e KinrokuAwatsu. Também vale destacar a abertura de empreendimentos importantes como o Banco Yokohama Shokin (atualmente denominado Banco MistubishiTokyo UFJ) e as casas de comércio de pedras preciosas Casa Niwatoku e Casa Shitaro. Com o alvorecer dos estabelecimentos comerciais no Rio de Janeiro, em 1938, os comerciantes formam uma comissão e fundam a NippakuKeizaiKyokai: Associação Financeira Nippaku.

Também prosperam, principalmente na década de 1930, pensões e restaurantes abertos por imigrantes japoneses. Podemos destacar a Pensão Laranjeiras, situada na rua laranjeiras, número 49, e a Pensão Japonesa da Rua Silveira Martins, situada no número 146. Já o primeiro restaurante japonês da cidade do Rio de Janeiro foi o Shujyu Na, inaugurado em 1939 no Bairro de São Conrado. Esse restaurante chamava a atenção dos transeuntes devido à sua arquitetura caracteristicamente japonesa: com jardim, ponte e chafariz oriental.

Além dos comércios citados acima, também tiveram seu auge o comércio de locação de automóveis, as lavanderias e tinturarias de roupas, tais como a Tinturaria Gheisha, Tinturaria Nipônica e a Tinturaria Rio – Tóquio (Sol do Brasil). O mercado de produtos agrícolas da Praça XV (atual Praça XV), formado por 35 japoneses, também possuía sua fama entre os clientes cariocas – local onde se reuniam muitos japoneses vindos de diversas localidades do país.

Aos poucos, os imigrantes japoneses seguem em solo brasileiro mudando de região em busca de melhores condições de vida e trabalho. Esse deslocamento interno traz muitos deles para diferentes regiões do estado do Rio de Janeiro, culminando com a formação de diversos núcleos coloniais.

O mapa abaixo ilustra o deslocamento dos imigrantes japoneses dentro do estado do Rio de Janeiro entre os séculos XIX e XX, destacando as áreas onde esses imigrantes se fixaram e formaram núcleos coloniais.



Mapa elaborado a partir de dados extraídos de Inoue (2014), Inoue (2012), Martins et al. (2010) e Akiyoshi et al. (2008).

Ao analisarmos o mapa, percebemos que somente no noroeste do estado não houve presença significativa da imigração japonesa. As duas regiões com maior concentração de núcleos de imigrantes são a região metropolitana – onde encontramos núcleos de imigrantes na capital, Seropédica, Japeri, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim, Niterói, Mesquita, Nilópolis e Itaguaí – “local onde mais se expandiu a presença nipônica, e ainda hoje é considerado o município com maior incidência de japoneses e descendentes no estado” (INOUE. 2012, p. 273)”. Na região Médio-paraíba a presença japonesa se deu em Resende, Barra Mansa, Volta Redonda, Barra do Piraí, Valença e Rio das Flores. Além dessas regiões de forte fluxo migratório, também se destaca a presença dos imigrantes nipônicos na região Serrana em Petrópolis, Terezópolis, Nova Friburgo, Cordeiro e Cantagalo. Na região centro-sul Fluminense nos municípios de Paracambi, Miguel Pereira, Vassouras, Três Rios, Comendador Levi Gasparian, bem como na região das Baixadas Litorâneas em Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito, Arraial do Cabo, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio. Na Região da Costa Verde e Região Norte Fluminense a presença dos imigrantes japoneses não se deu em muitos municípios e de forma numerosa como nas outras regiões supracitadas. Porém nessas regiões reside fatos históricos importantes sobre a imigração japonesa: no caso da Região Norte Fluminense os imigrantes se estabeleceram basicamente em Macaé – localidade onde houve o núcleo colonial pioneiro de imigrantes japoneses no Brasil –, e Conceição de Macabu. Já na Região da Costa Verde encontramos a presença nipônica em Angra do Reis, localidade onde os japoneses atuaram no trato industrial do pescado de forma significativa.

Nos parágrafos que seguem relatamos de forma sucinta a história dos núcleos coloniais japoneses formados nas diversas regiões do estado do Rio de Janeiro.

A história da formação do núcleo colonial de nova Friburgo não é muito completa, carecendo de detalhes. O que se sabe é que na década de 1920 chega na localidade o primeiro imigrante japonês - ToruKassuga: “na busca por terras para se estabelecer, Kassuga desejava uma região de clima temperado e acabou instalando-se em Nova Friburgo (CARNEIRO e TAKEUCHI, 2010, p. 168). Mais tarde, diversas famílias foram chegando na região, porém não há informações mais precisas sobre a vinda de famílias em massa. Acredita-se que com o passar do tempo, aos poucos, essas famílias vieram e formaram a Colônia de Nova Friburgo.

A colônia formada em Ilha Grande foi fundada em 1931 quando os primeiros japoneses mudaram para essa região, sendo o primeiro deles o senhor IppeiYamanishi – que

passou a se dedicar ao comércio de sardinhas na região, pois, o comércio marítimo na localidade era intenso, o que chamou a atenção dos imigrantes nipônicos.

O núcleo colonial de Cachoeira foi fundado em 1932, sob a intenção de um projeto do ministro da Agricultura de aproveitar o terreno da região para a produção de verduras, já que a desvalorização do preço do café incentivava a busca de novos negócios. Itaru Toshimitsu, renomado administrador de fazendas cafeeiras, recebeu a proposta do ministro através do prefeito de Marília (São Paulo) que prestava serviços no Rio de Janeiro, na época. Itaru junta os imigrantes que pretendem entrar na empreitada, junto à ele, e inicia a colonização na referida região.

Na região de Santa Cruz, a colônia japonesa nasceu através da busca por novas terras para o plantio de verduras. Isso se deu através da necessidade de buscar terras na região do Rio de Janeiro, já que as verduras consumidas nessa região eram provenientes de São Paulo. Além disso, as terras paulistas usadas para a agricultura de verduras já estavam desgastadas. Os funcionários do Ministério da Agricultura, inspecionam Santa Cruz e São Bento, na tentativa de escolher qual região seria melhor para estabelecer o núcleo colonial. Como na região de São Bento o risco de contrair malária era maior, por tratar-se de uma região cheia de pântanos, Santa Cruz acabou sendo escolhida. A Cooperativa Agrícola de Cotia decide estabelecer uma colônia japonesa em Santa Cruz. Em 1938 as primeiras famílias chegam na região e começam a formar o núcleo colonial.

No mesmo ano nasce a colônia japonesa de São Bento sob determinação do presidente Getúlio Vargas que, interessado nos agricultores japoneses, ordena que o núcleo colonial fosse fundado numa localidade que hoje é conhecida como Lote IX, Belfort Roxo. Nove famílias foram enviadas, a princípio, para dar início a Colônia de São Bento. O próprio Getúlio Vargas chegou a visitar o local, incentivando o trabalho dos japoneses nas terras da região, destacando sua admiração pelo trabalho que os imigrantes desempenhavam na agricultura. Porém, em 1942, o ministro da Agricultura, Fernando Costa, envia uma ordem de expulsão dos japoneses das terras de São Bento. Esse fato está relacionado ao clima de perseguição e incertezas da Segunda Guerra Mundial, já que o Japão era um aliado a países inimigos do Brasil durante o conflito:

É pungente o relato de Shiki Inoue (2000) sobre a saída do local; Lembra-se com exatidão da data: 12 de agosto de 1942. Ainda que o ministério

providenciasse o salvo-conduto e dois detetives fossem designados para acompanhá-los até a região conhecida como Mazomba, município de Itaguaí, a viagem foi difícil e cheia de incidentes. O marido ficara para colher a safra e os fiscais tomaram as mercadorias que tinha levado para o próprio sustento e de suas crianças. Ao chegar, ficaram alojados em um barracão e depois construíram uma casa de estuque e sapê (MARTINS et al. IN: CARNEIRO e TAKEUCHI, 2010, p. 172-173).

As colônias de Itaguaí tiveram início por volta de 1939: nessa época já viviam na localidade cinco famílias provenientes do estado de Minas Gerais: os Kawaguchi, Okazaki, Wada, Kozaki e Hoshina. Os imigrantes chegaram em massa à região depois de investigarem o local e descobrirem que as terras eram férteis, extensas e cortadas pelo Rio Mazomba. Em 1940, um grupo grande de imigrantes japoneses chega ao local: juntos ajudam a fundar a colônia, realizando o plantio, principalmente de tomate e obtendo bons resultados devido à fertilidade do solo e o trabalho em equipe. Com a oscilação da economia, muitos dos colonos de Itaguaí deixam a agricultura e se tornam comerciantes: esse foi um dos segredos para o sucesso desse núcleo colonial. Cabe destacar que, com a Segunda Guerra Mundial, muitos japoneses residentes na capital, migraram para a região de Itaguaí onde o comércio e a agricultura prosperavam. Além disso as perseguições sofridas pelos japoneses nos grandes centros urbanos, durante a guerra, eram muito mais intensas. Segundo descreve ShozoShiose em entrevista dada ao redator Nakamura para a obra comemorativa “Cem Anos da Imigração Japonesa no Rio de Janeiro”:

Os japoneses dominaram os pontos de comércio nas ruas mais movimentadas da cidade com: lojas de material de construção, cinemas, bancos, peixarias e quitandas. Muitas casas foram construídas, e a cidade foi crescendo invadindo algumas regiões agrícolas. Muitos japoneses, adquirindo capital na agricultura foram transformando-se em comerciantes. Creio que o auge dos japoneses em Itaguaí foi em 1950, quando se contava com o total de 150 famílias japonesas no município de Itaguaí e circunvizinhança (AKIYOSHI et al. 2008, p. 167-168).

A colônia japonesa formada na região de Santa Alice em 1950 foi um projeto de colonização incentivado pelo governo do Rio juntamente com cinco famílias japonesas interessadas em cultivar verduras. A região onde o núcleo colonial foi instalado foi repartida em 60 lotes. Os japoneses que formaram essa colônia, inicialmente, vieram do norte e sul do

Brasil, pois os imigrantes que viviam nessas regiões já haviam modernizado, em muitos aspectos, as técnicas agrícolas utilizadas. Por dez anos os japoneses cultivaram as terras da colônia de Santa Alice sem nenhum problema. Porém com o desgaste do solo, os imigrantes tiveram que procurar soluções para continuarem a prosperar economicamente e começaram a perceber a importância de um cultivo diversificado.

A chegada da primeira família japonesa em Petrópolis aconteceu no ano de 1913: a família Fukuda. Apesar de que o registro da chegada do primeiro japonês na cidade se deu em 23 de agosto de 1897: a instalação da primeira Legação Japonesa em solo brasileiro através da chegada do ministro SutemiChinda. Após a chegada da família Fukuda (1913), vieram as famílias Yamamoto e Akiba em 1932, migradas do Amazonas. Com o passar do tempo, fazendo contato através do senhor Fukuda, seis outras famílias japonesas chegam em Petrópolis, fixando residência na cidade. Cabe destacar que, em 1940, muitas outras famílias japonesas migram para a referida cidade buscando uma saída para os problemas causados pela guerra e as doenças que assolavam os grandes centros urbanos do país.

Ainda sobre a imigração japonesa em Petrópolis, cabe destacar que, com a compra da ATA – Combustão Técnica S. A. pela Mitsubishi, diversos japoneses e *nikkeis* mudam para a cidade supracitada em busca de trabalho na companhia. Esse acontecimento refletiu na imigração japonesa nessa localidade, mudando o perfil da colonização nessa região.

Cabe destacar que a Segunda Guerra Mundial influencia diretamente a vida dos imigrantes japoneses no Brasil em vários aspectos. A guerra tem início em 1939, porém o Japão somente entra diretamente no conflito em 8 de dezembro de 1941 com o ataque a base Americana de Pearl Harbor. A partir desse momento, em solos brasileiros, os japoneses e seus descendentes começam a sofrer os efeitos colaterais de seu país ter se aliado a países inimigos do Brasil no conflito:

Os japoneses que moravam no Brasil foram perturbados pelos muitos rumores antes, durante e depois da 2ª Guerra Mundial. Nota-se essa tendência, principalmente, em São Paulo. A maior mentira antes da guerra era de que uma organização militar estava sendo formada por japoneses no país. Somente em São Paulo havia cinco batalhões com 25 mil homens, os quais escondiam armas e munições. Tal rumor apareceu nas manchetes dos jornais no dia 21 de março. Apesar de tal notícia ser forjada, na confusão da guerra, o sentimento antinipônico se manifestou. No Rio de Janeiro, os jornais publicavam todos os dias notícias que incitavam ainda mais o rancor contra os japoneses como “é perigoso deixar japoneses morarem perto das

nascentes dos rios” ou “japoneses tiraram fotos”, dentre outras (AKIYOSHI et al. 2008, p. 184-185).

Os imigrantes japoneses passam por um período muito difícil por causa da guerra. Muitos são obrigados a abandonar seus planos de crescimento em terras brasileiras e até mesmo desistir de voltar ao Japão, já que não sabiam como a guerra terminaria e se seu país iria sair vitorioso. Com a guerra, Brasil e Japão rompem suas relações diplomáticas, piorando ainda mais a situação dos imigrantes japoneses em nosso país. As sanções aplicadas pelo governo brasileiro nas comunidades de imigrantes nipônicos influenciam o deslocamento interno de japoneses no Brasil, bem como reduzem o número de imigrantes durante a guerra. Isso também tem impacto nas atividades das colônias japonesas já existentes. No estado do Rio de Janeiro as medidas tomadas pelo governo impedem que os comerciantes japoneses possam enviar dinheiro ao Japão, ajudando no financiamento da Guerra. Além disso, o governo brasileiro já havia decidido confiscar os bens das famílias japonesas que residiam no Brasil durante o período da guerra. Apesar disso, as sanções aplicadas no Rio eram bem menores das que eram aplicadas, por exemplo, em São Paulo.

O fim da Segunda Guerra Mundial não traz aos imigrantes japoneses uma tranquilidade imediata: um grupo de imigrantes que não acredita na derrota sofrida pelo Japão forma a ShindoRenmei – uma facção que pratica atos terroristas e persegue os japoneses que aceitam a derrota. Muitos imigrantes são assassinados por essa organização criminosa, mas nenhum no Rio de Janeiro.

Embora o clima pós-guerra não fosse muito tranquilo, houve o reinício da imigração japonesa em 1952. Nesse ano, a instalação da companhia japonesa Ishibrás no Rio de Janeiro incentiva a vinda de muitos japoneses para a capital carioca. “A chegada de imigrantes ao Brasil, depois da Guerra, aconteceu em 18 de janeiro de 1952, com 51 imigrantes solteiros, pela cota do imigrante Matsubara” (AKIYOSHI et al. 2008, p. 207). Cabe destacar que, os imigrantes que já se encontravam em terras no estado do Rio de Janeiro, continuam a progredir na agricultura e com isso, chamam a atenção dos governantes que, cada vez mais, solicitam mais imigrantes para o trabalho na região.

Chamamos a atenção para um fato importante: mesmo durante o período de Guerra, quando a captação de imigrantes japoneses ainda não tinha sido reestabelecida, muitos imigrantes nipônicos que já se encontravam no Brasil continuam a mudar de localidade no

território brasileiro. Como é o caso de Três Rios onde provavelmente a primeira família japonesa a residir tenha sido a família Kawase. Sabemos também que em 1950, chega a família Takenawa, buscando melhores oportunidades de educação para os filhos. Já em maio de 1954 chegam oito famílias na localidade que hoje é denominada município de Levi Gasparian, devido à sua emancipação da cidade de Três Rios. Essas famílias começam a residir na região para trabalhar numa fábrica de tecelagem que atraiu muitos *nikkeis*, mas com o passar dos anos, acabou falindo, obrigando a maioria deles a procurar emprego em outras regiões.

O crescimento da imigração japonesa no estado do Rio de Janeiro traz consigo o surgimento de diversas associações nas colônias, tais como associações de jovens, associações esportivas, clubes esportivos etc. Em 1954 nasce a Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira. Essa Associação reúne agremiações existentes no estado do Rio de Janeiro e, “além de promover competições esportivas (...), atua no ensino da língua japonesa, assistência médica e social, e também promove atividades culturais como palestra na área agrícola” (AKIYOSHI et al. 2008, p. 256).

Apesar da tentativa de muitos historiadores, não há dados suficientes para contar a história de formação e desenvolvimento de todos os núcleos coloniais nipônicos existentes no estado do Rio de Janeiro, bem como de todas as associações fundadas ao longo desse processo histórico de imigrações/emigrações e, nos termos de Inoue (2014), reemigrações nesse território.

Panorama histórico do ensino de língua japonesa no estado do Rio de Janeiro:

Os primeiros imigrantes japoneses a chegarem no Estado do Rio de Janeiro não se preocuparam, a princípio, com o ensino da língua japonesa e sim em aprender a língua portuguesa para poderem se comunicar. De acordo com o mesmo autor, houve uma diferença entre a formação das colônias japonesas no Rio de Janeiro se comparada às colônias de São Paulo: nessas os japoneses se preocuparam rapidamente em introduzir a educação em língua japonesa, pois, muitas famílias pensavam em voltar ao Japão assim que a situação financeira melhorasse. Em 1915 já havia sido fundada a primeira escola dos imigrantes nipônicos em São Paulo: a Escola do Imigrante Japonês - Escola *Taisho*.

Porém, no Rio de Janeiro, somente em 1936 foi inaugurada a primeira escola de língua japonesa: mesmo ano em que a Associação Cultural Nipo-Brasileira foi criada pelo Embaixador Setsuzô Sawada. O problema principal foi que, segundo Akiyoshi et al. (2008, p.266) “em 1938 surgiu a lei de controle sobre as associações estrangeiras com a ordem expressa de fechamento dessas escolas, bem como a proibição de revistas e jornais estrangeiros”. Com isso, desde 1930, quando Getúlio Vargas entra no poder e começa a instaurar sua política nacionalista, a situação das colônias em relação à introdução do ensino de japonês foi ficando cada vez mais difícil. Especificamente em 1938, foi publicada uma legislação que controlava a entrada de estrangeiros no Brasil, bem como criada uma Comissão de Permanência de Estrangeiros, que passou a restringir de maneira intensa tanto a entrada de imigrantes, quanto a permanência deles no país. Essa série de mudanças no campo político brasileiro influenciam o ensino de línguas estrangeiras no país, culminando com a extinção do ensino de japonês em praticamente todas as colônias nipônicas da época.

A solução encontrada pelos imigrantes japoneses foi tentar continuar o ensino da língua japonesa dentro das próprias famílias até o fim da Segunda Guerra Mundial, quando as comunidades no estado do Rio de Janeiro, depois de esperar os efeitos imediatos do pós-guerra, começam a voltar a discutir sobre a reabertura das escolas de japonês:

Por volta de 1948, reuniram-se os representantes dos Núcleos Coloniais, Santa Cruz e Itaguaí (que originaram o Kaikai de Piranema e Bunka Club, localizado na Reta Piranema), e discutiram a reabertura de um local para o ensino da língua japonesa que fora proibido na época da guerra. (...) a reunião esquentou. A conversa virou discussão e terminou em briga, mas havia um sentimento único entre os participantes “de instruir os filhos e os netos com a língua materna para que se tornassem um exemplo de nikkei e mostrassem ao mundo o belo espírito e a bela tradição japonesa” (AKIYOSHI et al. 2008, p.267).

A citação acima elucida a complexidade do planejamento e tomada de decisões a respeito do ensino do japonês nas colônias nipônicas. Destacamos que essa tentativa de retomada das escolas não faz parte de uma política linguística desenvolvida por linguistas e/ou políticos, mas sim uma tentativa de elaboração de estratégias e planos em prol do ensino de japonês das próprias colônias. Nas discussões realizadas pelos representantes das comunidades nipônicas, também foi muito discutido sobre quais materiais didáticos deveriam

ser usados nas escolas de japonês: materiais desenvolvidos antes da Guerra ou materiais elaborados após a Segunda Guerra Mundial.

Apesar das discussões fervorosas nas reuniões dos representantes das colônias, aos poucos, o ensino de língua japonesa começa a ganhar espaço e a ser introduzido nas comunidades espalhadas pelo estado do Rio de Janeiro: Em Piranema, o ensino de japonês foi unificado com a construção de uma sede para a escola. Em Santa Cruz, uma escola também foi construída em 1949. Já em 1952, Itaguaí inaugura as atividades em sua escola de língua japonesa. A colônia de Funchal inaugura sua escola em 1967, depois de um esforço da comunidade em acelerar o ensino da língua materna ao detectar que as crianças estavam deixando de falar o japonês, já que a educação delas era realizada toda em português.

O ensino de língua japonesa na capital do Rio de Janeiro aconteceu muito tarde, se levarmos em conta que as primeiras famílias de imigrantes já residiam em várias localidades da cidade desde sua chegada do Japão. Logicamente, por se tratar da capital, cidade mais desenvolvida e povoada, as comunidades japonesas não estavam ainda concentradas em localidades específicas de forma numerosa, o que provavelmente ocasionou, inicialmente, uma falta de interesse em planejar e implementar o ensino da língua materna nas escolas. Porém, a chegada de empresas japonesas na cidade do Rio de Janeiro desperta nas comunidades nipônicas o interesse de implementar o ensino do japonês na capital. Em 1973, o ensino de língua japonesa começa a funcionar na sede da Associação Nikkei do Rio de Janeiro.

Em Niterói, o ensino de japonês só foi introduzido em 1975, apesar da Nihonjinkai² de Niterói ter sido fundada em 1968. Já em Campo Grande e Nova Friburgo o ensino de língua japonesa começou em 1974 e 1976, respectivamente. Akiyoshi et al. (2008, p.273) cita que

Com o aumento das escolas de língua japonesa, começou a ser conversado a respeito da educação em língua japonesa pelas colônias e assim iniciou-se um movimento e apoio mútuo entre as colônias em relação à educação ao modo do Rio de Janeiro. Desta forma, no dia 10 de novembro de 1974, foi formado o “NitigoKyoikuRenrakuKyougikai” (Conselho de Educação e Comunicação da Língua Japonesa) para atender e também discutir sobre os problemas em relação a aprendizagem da língua japonesa enfrentados pelos filhos dos colonos (nissei, sansei). Esse Conselho, uma vez em três meses, girando as colônias japonesas, reunia-se com os representantes da parte

²Associação de japoneses

educacional da língua japonesa de cada colônia para ajudar a caminhada das escolas.

Além dos encontros do Conselho de Educação e Comunicação da Língua Japonesa, as comunidades começam a organizar eventos esportivos e culturais para promover a integração das colônias e, ao mesmo tempo, possibilitar o uso do japonês. Apesar dos eventos organizados pelas associações trazerem bons resultados relacionados ao uso da língua japonesa, a partir de 1980, a falta de professores de japonês ocasiona problemas em muitas escolas de diversas colônias: algumas chegam a parar de ensinar o japonês ou reduzem o número de alunos devido à escassez de professores. Entre as diversas causas da queda do número de professores nas colônias podemos citar a má remuneração, concorrência com os cursos livres e privados que começam a surgir, falta de um direcionamento e apoio mais intenso aos docentes.

Com isso, as associações japonesas pedem o apoio da atual JICA (JapanInternationalCooperationAgency) que começa a promover, em 1984, o “Seminário de Orientação aos Professores de Língua Japonesa no Rio”. Já em 1985 a mesma instituição começa a fomentar o “Seminário Conjunto da Língua Japonesa”, atual “Seminário Conjunto de Professores de Língua Japonesa de Cinco Estados e Distrito Federal”. Nos seminários, professores de língua japonesa podem trocar experiências, informações e realizar capacitações em sua área.

Apesar de instituições como a JICA começarem a fazer parte do cenário de divulgação, manutenção e promoção do ensino da língua japonesa, podemos afirmar que a falta de políticas linguísticas nacionais que levem em conta a importância do ensino da língua dos imigrantes, ainda dificulta o crescimento da educação dessas línguas no território nacional. Compreendemos, ao longo da história do ensino de japonês nas colônias nipônicas do estado do Rio de Janeiro, que o planejamento e tomada de decisões no âmbito linguístico são mais complexos, a princípio, do que podemos imaginar.

Consolidar uma política linguística no Brasil que possibilite uma educação que inclua as línguas minoritárias é uma tarefa necessária e relevante para o cenário multilíngue brasileiro. Somente considerar que o Brasil é um país plurilíngue, sem desenvolver políticas que garantam esse plurilinguismo, representa um descaso com as minorias linguísticas, dificultando a integração linguístico-cultural. A história do ensino de língua japonesa nas

colônias do Estado do Rio de Janeiro nos permite afirmar que a implementação do japonês nas comunidades nipônicas do estado do Rio de Janeiro sofreu e ainda sofre com a carência de uma política linguística que garanta a essas comunidades a preservação ou, em muitos casos, a revitalização de sua língua de imigração.

REFERÊNCIAS

CROCI, Federico. A imigração no Brasil. IN: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso (Org.) *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora ufmg, 2011, p. 73-120.

HANDA, T. *O imigrante japonês: história de uma vida no Brasil*. São Paulo: Queiroz Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

HICKEY, Raymond. *The handbook of Language Contact* (Org.). UK: Wiley-Blackwell, 2010.

HINATA, N. *Dicionário Japonês-Português romanizado*. Ed. Kashiwashobo, Tokyo, Japan. 1993. 1ª. edição. 5ª. impressão.

HIRANO, Sedi (Org.) *Histórias Migrantes: um mosaico de nacionalidades e múltiplas culturas*. São Paulo: Humanitas, 2014.

_____. A imigração japonesa para o estado do Rio de Janeiro. IN: TELO, Andrea (Org.) *História Fluminense: novos estudos*. Niterói: Ferray, 2012.

_____. Imagens de imigrantes japoneses no estado do Rio de Janeiro. IN: GAWRYSZEWSKI, Alberto. *Olhares sobre narrativas visuais*. Niterói: Editora UFF, 2012.

_____. Novas Leituras da Presença Japonesa no Estado do Rio de Janeiro: uma Abordagem Baseada na Associação dos Acervos Oral e Iconográfico. IN: MARTINS, Ismênia de Lima e HECKER, Alexandre (Org.) *E/imigrações, histórias, trajetórias*. São Paulo: Expressão e Arte, 2010.

INOUE, Mariléia Franco Marinho. Trajetórias migrantes dos japoneses no estado do Rio de Janeiro: uso conjugado de acervos de imagem e fala. IN: CARNEIRO, T. L. Maria.

MARTINS, Ismênia de Lima et al. A imigração japonesa no Estado do Rio de Janeiro. IN: CARNEIRO, T. L. Maria e TAKEUCHI, Y. Marcia. (Org.) *Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, imaginário e memória*. São Paulo: Edusp, 2010.

MORALES, L. M. *Cem anos de imigração japonesa no Brasil: o japonês como língua estrangeira*. São Paulo. Universidade de São Paulo. Tese (Doutorado) 2008.

SAKURAI, Célia. *Os japoneses*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

SHIKADA, Akiyoshi et al. *História dos cem anos da imigração japonesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2008.